

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

A INFLAÇÃO OFICIAL DO INE NÃO REVELA COM VERDADE OS AUMENTOS DE PREÇOS PARA AS DIFERENTES CLASSES SOCIAIS (há várias inflações que os números do INE escondem), OS PREÇOS CONTINUAM A AUMENTAR COMO PROVAM OS LUCROS OBSCENOS EM PLENA CRISE APESAR DO ESFORÇO PARA CONVENCER OS PORTUGUESES QUE A INFLAÇÃO ESTÁ A DIMINUIR

Os números mesmo oficiais (do INE) sobre a inflação não traduzem com verdade a escalada de preços nem as suas consequências para os portugueses. Em relação à inflação acontece o mesmo “*mutatis mutandis*” que denunciámos em relação a taxa de desemprego divulgada pelo INE que está muito abaixo da taxa real de desemprego no país. E isto porque o INE não considera nos valores que divulga centenas de milhares de desempregados pelo simples facto de eles não terem procurado emprego no período em que fez o inquérito, apesar estarem de facto desempregados.

NÃO HÁ UMA INFLAÇÃO APENAS, MAS SIM VÁRIAS DE ACORDO COM A CLASSE DE RENDIMENTOS A QUE SE PERTENCE COMO SE VAI PROVAR E O INE TINHA A OBRIGAÇÃO DE A DIVULGAR E NÃO OCULTAR

Embora esta afirmação – *haver várias inflações que dependem da classe de rendimentos a que se pertence* – pareça estranha e incompreensível para quem não conheça a forma como é calculado todos os meses o Índice de Preços no Consumidor (IPC) pelo INE, no entanto, basta uma pequena explicação e um exemplo para que fique clara a situação para todos, embora esta realidade seja ocultada pelo governo, pelo INE. E infelizmente os media divulgam os valores do INE sem os questionar como fossem verdades absolutas. Para compreender o que afirmamos é necessário conhecer a forma como o INE calcula o aumento de preços. O INE faz periodicamente um **inquérito às despesas das famílias**, por amostragem, a cerca de 18.000 agregados familiares, embora as respostas validas rondem os 64% (o último estudo disponibilizado no site do INE refere-se aos anos 2015/2016). E depois com base nos resultados apurado calcula a permutagem média que a despesa das famílias de cada classe de despesa (*produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, bebidas alcoólicas, saúde, transportes, educação, etc.*) representa em relação ao total da despesa do agregado familiar médio. O leitor certamente conhece o dito popular sobre médias: “*se eu comi um frango e tu não comeste nenhum, teremos comido, em média, meio frango cada um*”. Uma situação semelhante acontece com os valores médios de permutagem que representa o peso de cada classe de despesa em relação à despesa total da família. Portanto, os valores obtidos e utilizados pelo INE não correspondem a famílias reais, mas sim a uma família construída com valores médios de um conjunto de cerca de 11.000 família. Para ficar mais claro observe os dados do quadro 1.

Quadro 1- Cálculo da inflação com base na estrutura do orçamento familiar utilizada pelo INE (coluna 1) e com base numa estrutura de despesa de uma outra família que poderá até ser real ou está mais próxima de uma real (coluna 5)

CLASSES DE DESPESAS	A INFLAÇÃO OFICIAL SEGUNDO O INE			A INFLAÇÃO PARA UMA FAMILIA REAL	
	ESTRUTURA ORÇAMENTO FAMILIAR SEGUNDO O INE - % do orçamento familiar de cada classe de despesa segundo o INE (1)	Aumento dos preços - Média dos últimos 12 meses segundo o INE (2)	Contribuição de cada classe de despesa para o aumento de preços para uma família que gasta 21,95%, segundo o INE, do orçamento familiar com alimentação (3)= (1) X (2)	ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE UMA FAMILIA REAL EM QUE A ALIMENTAÇÃO REPRESENTA 40% DAS SUAS DESPESAS (5)	Contribuição de cada classe de despesa para o aumento de preços para uma família que gasta 40% do orçamento familiar com alimentação (6)= (5) X (2)
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	21,95%	14,40%	3,16%	40,00%	5,76%
Bebidas alcoólicas e tabaco	3,59%	2,81%	0,10%	1,95%	0,05%
Vestuário e calçado	5,86%	0,73%	0,04%	4,22%	0,03%
Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	10,33%	13,12%	1,36%	8,69%	1,14%
Aces. para o lar, equip. doméstico e manut. habitação	7,47%	9,80%	0,73%	5,83%	0,57%
Saúde	6,77%	-1,58%	-0,11%	5,13%	-0,08%
Transportes	14,44%	9,85%	1,42%	12,80%	1,26%
Comunicações	3,08%	1,58%	0,05%	1,44%	0,02%
Lazer, recreação e cultura	6,32%	3,88%	0,25%	4,68%	0,18%
Educação	1,85%	1,75%	0,03%	0,21%	0,00%
Restaurantes e hotéis	7,72%	12,33%	0,95%	6,08%	0,75%
Bens e serviços diversos	10,62%	2,53%	0,27%	8,98%	0,23%
AUMENTO ANUAL DE PREÇOS (média de jan.2022 a jan.2023)	Aumento de preços oficial segundo o INE		8,25%	Aumento de preços para uma família real	9,92%

Segundo o INE, as famílias portuguesas gastam atualmente em média (*dados da coluna 1*) apenas 21,95% do seu orçamento familiar mensal em “*produtos alimentares e bebidas não alcoólicas*” (*peço ao leitor que faça esse cálculo em relação à sua família para ver se gasta apenas 21,95% do seu orçamento familiar na alimentação e bebidas não alcoólicas como diz o INE*). E o peso (% em relação ao total) das despesas das restantes classes estão nas restantes linhas da mesma coluna 1 (*o leitor poderá confrontar os dados do INE com os do seu próprio orçamento familiar e certamente registará desvios significativos*). E depois o INE recolhe, fundamentalmente junto das grandes cadeias de distribuição e de fornecimentos dos serviços os preços dos bens mais representativos de cada uma das classe de despesa (*o leitor se quiser calcular a sua “inflação” poderá para cada uma classes - produtos alimentares, vestuário e calçados, etc.- seleccionar os produtos que consome*) e com base nos valores assim recolhidos calcula o aumento de preços. No nosso caso não utilizamos a inflação homologa (*comparação do aumento de preços verificado entre jan.2022 e jan.2023*) mas sim a média dos últimos 12 meses com a media dos 12 meses do ano anterior. São os valores que se encontram na coluna 2. Seguidamente multiplica-se os valores da coluna (1) pelos valores da coluna (2), e somam-se os resultados **e assim se obtém a Inflação verificada no ano com fim em jan.2023 que, segundo o INE, foi 8,25%.**

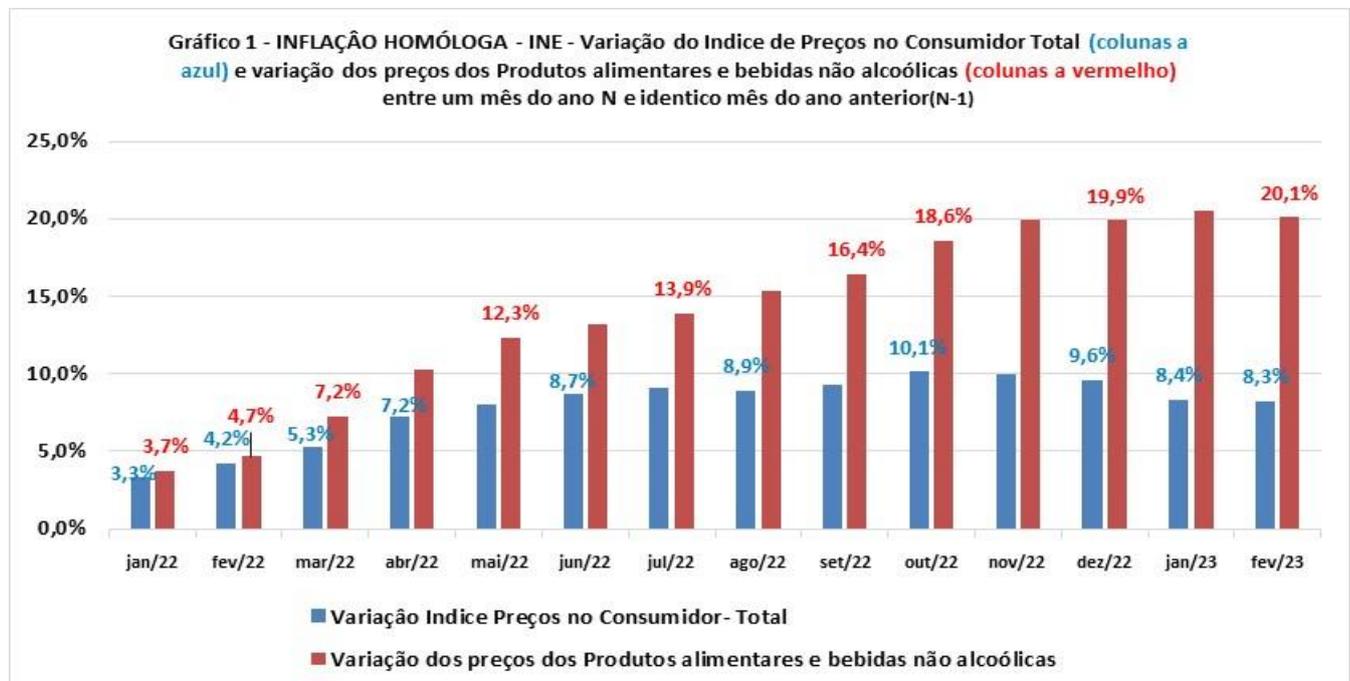
Eugénio Rosa – economista – tem mais estudos disponíveis em pastas em www.eugeniorosa.com pág. 1

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

Para que possa entender melhor a “mecânica” do cálculo de um Índice de Preços no Consumidor, vai-se imaginar uma família que gasta em “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” não 21,95% do orçamento familiar como diz o INE, mas sim 40% que deve estar mais próximo neste momento da realidade da maioria das famílias portuguesas, e depois faça-se os ajustamentos na estrutura de despesa do INE para que a soma continue a ser 100%. **A taxa inflação que se obtém, já não é os 8,25% que INE divulgou, mas sim um aumento de 9,92% nos preços no período.** Para os trabalhadores no ativo que recebem o salário mínimo (mais de um milhão) e para os pensionistas que a esmagadora maioria recebe uma pensão inferior a 670€, que é a pensão média da Segurança Social (mais de dois milhões), e também para os desempregados que mais de metade não recebe subsídio de desemprego, a percentagem que as despesas com alimentação representam no seu orçamento mensal é certamente superior a 50%. Logo a taxa de aumento da inflação será certamente superior mesmo 9,92% (talvez 12%). **Pode-se dizer mesmo que há uma taxa de inflação para classe baixa (mais pobre), outra para classe média e outra para a classe alta.** Imagine o leitor a seguinte situação para tornar tudo o dito mais claro para si: se gastasse todo o seu orçamento familiar na compra de produtos alimentares a taxa de inflação para si seria, segundo o INE, de 14,4% (coluna 2 do quadro 1) ou 20,2% (gráfico 1). **A taxa de inflação depende não só do aumento dos preços dos produtos, mas também da estrutura da despesa familiar. Desafio o INE a divulgar taxas de inflação para grandes grupos da população com rendimentos diferentes (baixos, médios e altos). Os resultados certamente chocariam a opinião pública pois mostrariam que a perda de poder de compra pelas classes de baixos rendimentos (pensionistas, desempregados, trabalhadores a receber o salário mínimo) e média (trabalhadores no ativo, etc.) é muito maior do que a da inflação oficial do INE. O INE nunca o fará isso, pois a verdade incomoda os governos, e o INE não quer incomodar os governos. Mas era importante para os aumentos aos pensionistas e para a contratação coletiva dos sindicatos** No aumento de preços divulgado pelo INE (col. 2 do quadro 1) há coisas estranhas que levantam dúvidas sobre a sua veracidade – **os preços da classe “Saúde” diminuem em -1,58% em 2022 em relação aos de 2021** - para os quais o INE não dá explicações e os prestadores (LUZ, CUF, LUSIADAS, etc.) contestam. **Será que o leitor sentiu essa diminuição de preços na saúde?**

A INFLAÇÃO HOMÓLOGA TOTAL OFICIAL DIMINUI, MAS A INFLAÇÃO DOS PRODUTOS ALIMENTARES CONTINUA A AUMENTAR E O GOVERNO PRETENDE FAZER CRER QUE ESTÁ A FAZER UM ESFORÇO PARA A CONTROLAR DEVIDO AOS PROTESTOS POPULARES

Anteriormente comparou-se a variação dos preços médios dos últimos 12 meses com fim em jan.2023 com a registada no ano anterior. Agora a análise é a comparação da inflação verificada num mês de um ano (ano N, que pode ser 2023) com o do mesmo mês do ano anterior (fev.2023 com fev.2022) o que permite ficar com uma informação mais exata do ritmo de aumento da inflação no nosso país. No entanto, é necessário ter presente que os valores do aumento de preços são os divulgados pelo INE, por isso estão enviesados pelas razões já explicadas neste estudo.



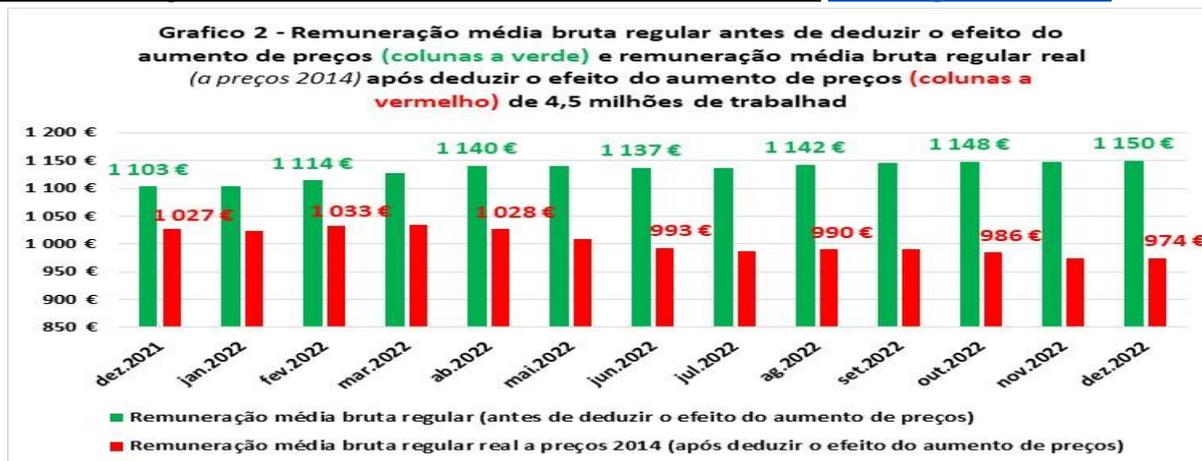
Segundo o INE entre fev.2022 e fev.2023, o Índice de Preços no Consumidor Total aumentou 8,3%, mas o aumento, no mesmo período, dos preços dos “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”, em que impacto é tanto maior quanto menor for o rendimento familiar, atingiu 20,1%. **Não deixa de ser dramático este ritmo de aumento de preços.**

A QUEBRA CONTINUADA DO PODER DE COMPRA DE 4,5 MILHÕES DE TRABALHADORES SEGUNDO O PRÓPRIO INE

As remunerações quer a preços correntes quer a preços de 2014, com os quais se construiu o gráfico 2, foram divulgadas pelo INE e são as declaradas mensalmente à Segurança Social e à CGA. Elas permitem comparar as remunerações médias brutas (antes dos descontos) com a evolução do poder de compra dessas mesmas remunerações a preços constantes de 2014

Eugénio Rosa – economista – tem mais estudos disponíveis em pastas em www.eugeniorosa.com pág. 2

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com



Em dez.2021, a remuneração bruta **nominal**, portanto sem deduzir o efeito do aumento de preços, era superior à mesma remuneração a preços constantes de 2014, portanto deduzindo o efeito de aumentos de preços verificado entre 2014 e 2021, portanto à **real** em 76€, enquanto em dez.2022, a diferença já tinha aumentado para 176€, ou seja, 2,3 vezes mais. Entre dez.2021 e dez.2022, remuneração media bruta **nominal** aumentou 47€ (passou de 1103€ para 1150€), mas a remuneração bruta média **real** a preços de 2014, ou seja, em termos de poder de compra, diminuiu em 53€ (-5,2%) pois passou de 1027€ para apenas 974€. A degradação geral das condições de vida dos trabalhadores portugueses é evidente. E está-se a trabalhar com valores médios tanto a nível de remunerações como de preços, o que esconde uma situação muito mais dramática que a dos dados oficiais do INE, nomeadamente para as classes de baixos rendimentos e médias

OS LUCROS DA BANCA EXPLODEM EM 2022 APESAR DA GRAVE CRISE ECONÓMICA E SOCIAL QUE ENFRENTA O PAÍS CAUSADA PELA GUERRA E PELAS SANÇÕES E POR UM GOVERNO SUBMISSO E COM A OBSESSÃO DO DÉFICE

O quadro 2, com dados divulgados pelos próprios bancos, mostra que a grave crise económica e social causada pela guerra e pelas sanções tem sido um maná, ou seja, uma fonte de lucros enormes para os acionistas dos bancos.

Quadro 2- Lucros da banca, crédito concedido, e dividas da banca (Passivo) financiadas com recursos baratos de clientes

DESIGNAÇÃO	LUCROS LIQUIDOS - Milhões €			NEGÓCIO BANCÁRIO- Crédito concedido - Milhões €			FINANCIAMENTO DO PASSIVO DOS BANCOS COM RECURSOS DOS CLIENTES EM 2022		
	2021	2022	Aumento	2021	2022	Aumento	PASSIVO (DIVIDA)- Milhões €	RECURSOS DE CLIENTES- Milhões €	% do PASSIVO financiado com RECURSOS DE CLIENTES - %
CGD	583	843	44,5%	49 701	50 778	2,2%	93 020	83 972	90,3%
BCP	25	130	418,9%	54 972	54 676	-0,5%	89 940	75 430	83,9%
NOVO BANCO	192	586	204,9%	23 651	24 551	3,8%	42 483	29 278	68,9%
BPI	307	365	19,0%	27 008	28 630	6,0%	35 040	30 872	88,1%
SANTANDER TOTTA	299	607	103,2%	24 035	25 290	5,2%	55 365	45 777	82,7%
Banco Montepio	7	34	412,1%	11 629	11 713	0,7%	17 587	13 115	74,6%
SOMA	1 413	2 564	81,5%	190 996	195 638	2,4%	333 435	278 444	83,5%

FONTE: Informação financeira ainda não auditada divulgada pelos bancos referente aos resultados da atividade em 2022

Entre 2021, os lucros dos seis bancos constantes no quadro anterior aumentaram 81,5%, pois subiram de 1413 milhões € para 2564 milhões €, embora o negócio bancário por excelência (crédito concedido) tenha aumentado apenas 2,4%. Portanto, foram conseguidos fundamentalmente à custa dos depositantes pagando taxas de juro de miséria, e dos devedores (*aumentando as taxas de juro nos créditos existentes*). É chocante constatar que a CGD, um banco público, adotou também esta estratégia de espoliação (*paga juros de miséria e multiplica comissões*). E isto apesar do financiamento do Passivo dos bancos com recursos de clientes (*em média 83,5%, na CGD atinge o impressionante valor 90,3%*). **A passividade do governo e do regulador face a estes enormes lucros que se estendem a outros setores, e que contribuem para o agravamento da situação das famílias e das empresas, é chocante.** Com o objetivo de iludir a opinião pública mandou a ASAE “*ver o que se passa a nível de preços*”, como disse o ministro da Economia. Só acordou devido aos protestos da população.

A INSENSIBILIDADE E A FALTA DE VERGONHA DA COMISSÃO EUROPEIA

Recentemente (9/3/2023) os media divulgaram que a “*Comissão Europeia pressionou o governo a acabar com apoios anti-inflação*”, ou seja, as ajudas à população, incluindo aos mais desfavorecidos, e às empresas atingidas pela grave crise económica e social causada pelas **sanções que Bruxelas tem imposto** a seu belo prazer a governos submissos que não defendem os seus cidadãos, as quais, na prática, têm-se sido **sanções contra os próprios europeus e contra as economias europeias causando uma escalada preços e graves problemas nas cadeias de abastecimento que estão a destruir a vida dos europeus e, em particular dos portugueses, e muitas empresas mas que tem sido um maná para as empresas de armamento e para os grandes grupos**. Enquanto exige a um governo submisso, que se gaba de reduzir a dívida pública de 125,4% para 113,8% do PIB num único ano à custa da degradação profunda dos serviços públicos (SNS, escola e transportes públicos, etc.) e de cortes enormes nas despesas sociais e no investimento público, **que imponha mais sacrifícios aos portugueses, no entanto eles, em Bruxelas, aumentaram em 2023 as remunerações em 8% e mantêm para si e para os funcionários da Comissão Europeia a reforma aos 64 anos e cada ano de serviço contribui para a pensão com 3,5% da remuneração (em Portugal a idade de reforma não para de aumentar – já está nos 66 anos e 4 meses - e a contribuição para a pensão varia entre 2% e 2,3% por cada ano de trabalho)**. Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt, 10/3/2023

Eugénio Rosa – economista – tem mais estudos disponíveis em pastas em www.eugeniorosa.com **pág. 3**